

**SABERES, LINGUAGENS E PRÁTICAS EDUCATIVAS:
OS VÉRTICES DE UM DIÁLOGO NECESSÁRIO
(O CASO DO ALANDROAL/PORTUGAL)¹**

Bravo Nico

Universidade de Évora/Portugal

INTRODUÇÃO

A relação entre os sistemas de qualificação e os territórios é uma realidade complexa e determinante para a adequada resolução da *equação qualificadora* em cada contexto territorial e respectivas dimensões sociais, económicas e culturais.

Aspectos como a geografia, a orografia, as acessibilidades ou o tipo de povoamento, entre outras, assumem-se, na actualidade, como variáveis importantes que devem ser consideradas nos processos de desenho e concretização das políticas de qualificação, principalmente nas que incorporam preocupações de estímulo ao desenvolvimento local.

O território comporta, entretanto, outras dimensões que se cruzam com a dimensão da qualificação e respectivas redes. De facto, em cada contexto geográfico, resultado da acção de um universo de instituições que nele existem ou actuam, podemos identificar outras redes territorializadas – com as suas linguagens e práticas educativas específicas – que concorrem para a qualificação dos indivíduos e das instituições (Nico, 2008).

A qualificação, em cada território – respectivas circunstâncias histórica, social, económica e cultural –, é um meio heterogéneo e dinâmico, onde coexistem múltiplas iniciativas e respectivos promotores, num mapa que, na maioria dos casos, não foi previamente desenhado nem tão-pouco pensado, mas que resultou de cada acção singular.

Observar, conhecer e, eventualmente, intervir, neste mapa da qualificação em cada território, é um exercício de enorme complexidade e exigência, que requer uma

¹ no âmbito do Projecto de Investigação PTDC/CED/81388/2006 “*Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*”, promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

leitura atenta, pormenorizada e integradora, do *universo educacional* da realidade e uma latitude conceptual suficientemente capaz de albergar a totalidade da diversidade de projectos qualificadores existente em cada contexto.

O caso que aqui é apresentado – concelho do Alandroal, sito na região Alentejo, ao sul de Portugal – oferece-nos um quadro bastante interessante de análise desta complexa relação que existe entre o território e a qualificação.

1. AS REDES DE QUALIFICAÇÃO

1.1. AS REDES FORMAIS DE QUALIFICAÇÃO

O Alandroal é um município com 544,86Km² de área e aproximadamente 6100 habitantes (INE, 2002). É integrada por seis freguesias: Juromenha, Terena, São Brás dos Matos, Capelins, Santiago Maior e Nossa Senhora da Conceição.

No território do concelho do Alandroal, verificamos a coexistência de quatro redes formais de qualificação, que, em seguida, indicaremos.

1.1.1. A rede formal de educação

Nesta primeira dimensão, encontramos as seguintes realidades:

- i) **a Intervenção Precoce** – modalidade de intervenção que se destina a crianças até à idade escolar que estejam em risco de atraso de desenvolvimento, manifestem deficiência, ou necessidades educativas especiais. Consiste na prestação de serviços educativos, terapêuticos e sociais a estas crianças e às suas famílias com o objectivo de minimizar efeitos nefastos ao seu desenvolvimento. A tutela deste programa é repartida entre os Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social;
- ii) **os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar** – constituem uma rede onde coexistem instituições públicas, privadas e solidárias. Estes estabelecimentos são tutelados pelas respectivas instituições proprietárias e encontram-se enquadrados por normativos dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade;

- iii) **a Escola Pública, no âmbito dos Ensinos Básico e Secundário**, no território do município do Alandroal e em municípios adjacentes – constituída pelos estabelecimentos de ensino públicos que disponibilizam a oferta educativa, ao nível dos ensinos básico e secundário. A tutela desta rede compete ao Ministério da Educação, sendo que a Câmara Municipal do Alandroal possui competências no âmbito do ensino básico, nomeadamente no que se refere aos edifícios, funcionários não-docentes, actividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, alimentação e outro tipo de apoios;
- iv) **as Escolas Privadas nos territórios próximos do município do Alandroal** – constituída pelos estabelecimentos de ensino privados e cooperativos que disponibilizam oferta educativa, ao nível do ensino secundário. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e pelo Ministério da Educação;
- v) **a rede de Centros Novas Oportunidades (CNO)** – constituída pelos CNO públicos e privados que operam no município e em territórios próximos e que disponibilizam oferta educativa a adultos, nomeadamente através do processo de reconhecimento, validação e certificação académica e/ou profissional dos adquiridos experienciais (níveis básico e secundário) e do encaminhamento dos indivíduos para percursos de formação. A rede de CNO é tutelada pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social.

1.1.2. A rede formal de formação

Nesta segunda dimensão, encontramos a formação profissional promovida pelos Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional que operam no território e que são tutelados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

1.1.3. A rede formal do ensino superior

Nesta terceira dimensão, encontramos a presença, activa, da acção de instituições públicas de ensino superior localizadas na região (Universidade de Évora e os Institutos Superiores Politécnicos de Beja e de Portalegre) e da Universidade Aberta (instituição pública de ensino superior a distância). Estas instituições são tuteladas pelo Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior.

1.1.4. A rede formal de qualificação

A rede formal de qualificação é constituída pelas organizações não governamentais da sociedade civil que, tendo celebrado protocolos com o instituições públicas financiadoras, disponibilizam oferta qualificante certificada. É o caso de fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, associações juvenis, empresas e outras. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos associados e pelas organizações públicas financiadoras.

1.2. AS REDES NÃO-FORMAIS DE QUALIFICAÇÃO

No território do concelho do Alandroal, verificamos a coexistência de sete redes não-formais de qualificação, que, em seguida, indicaremos.

1.2.1. A rede não-formal de aprendizagem

Constituída pelas organizações não governamentais da sociedade civil que disponibilizam oferta qualificante não certificada. Para lá das instituições já indicadas anteriormente (cf. 1.4), poderão ainda incluir-se as associações de natureza desportiva, cultural e recreativa. Este universo de instituições é uma presença bastante activa no território, conta com uma participação significativa dos cidadãos e são tuteladas pelos respectivos associados.

1.2.2. A rede não-formal de formação profissional

Nesta dimensão, encontramos o universo de micro, pequenas e médias empresas locais, no seio das quais vão ocorrendo micro episódios de aprendizagem que proprietários e colaboradores vão concretizando. A aquisição de novos

equipamentos, a adopção de novas estratégias de funcionamento, a contratação de novos colaboradores, a necessidade de cumprimento de novas regras contabilísticas ou organizacionais ou a necessidade de certificação dos produtos ou serviços disponibilizados são momentos em que ocorrem aprendizagens, a maioria das vezes não certificadas. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e, em determinadas circunstâncias, observam as indicações dos Ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade e das Finanças.

1.2.3. A rede não-formal das instituições da dimensão social

Neste âmbito, encontramos as organizações não-governamentais que desenvolvem actividades de apoio às comunidades locais, respectivas famílias e indivíduos. Este universo de instituições, com forte presença no território e importante acção social, são tuteladas pelos respectivos associados e cumprem, em determinadas circunstâncias, as indicações do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e dos organismos municipais.

1.2.4. A rede não-formal das instituições da dimensão cultural

Nesta dimensão, desenvolvem actividade as instituições que promovem, divulgam e concretizam a actividade cultural. Estas organizações são tuteladas pelos respectivos associados e, em determinados casos, poderão celebrar protocolos com o Ministério da Cultura e com as autarquias locais.

1.2.5. A rede não-formal das instituições de saúde

Encontramos, neste plano, o Centro de Saúde e respectivas Extensões, a Farmácia e todas as organizações que, de forma directa ou indirecta, promovem actividades de aprendizagem não-formal, na área da saúde. Estas instituições são tuteladas pelo Ministério da Saúde.

1.2.6. A rede não-formal das instituições de segurança

No território em causa, encontramos a presença da Guarda Nacional Republicana que desenvolve acções de educação destinadas aos mais jovens, através do Programa Escola Segura, e aos mais idosos, através de programas de informação e

prevenção. A Guarda Nacional Republicana é tutelada pelo Ministério da Administração Interna.

1.2.7. A rede não-formal da comunicação social

Constituída pelos órgãos de comunicação social locais e regionais, com actividade no território. Encontram-se nestas condições alguns jornais e rádios locais e regionais. Estas empresas são tuteladas pelos respectivos proprietários.

1.3. AS REDES INFORMAIS DE QUALIFICAÇÃO

No território do concelho do Alandroal, existe, ainda, uma décima segunda rede de qualificação: a rede informal, que se materializa nas redes comunitárias de convívio e de vizinhança que são, na região do Alentejo – caracterizada pelo povoamento concentrado, pela grande frequência de contactos sociais e pela força dos laços sociais e familiares – uma realidade muito importante no quotidiano de cada indivíduo.

2. ALGUMAS COORDENADAS DO MAPA DA QUALIFICAÇÃO

Deste exercício de *cartografia educacional*, ficamos perante uma realidade bem mais rica e interessante do que aquela que nos é proporcionada quando a nossa observação é filtrada pelas lentes da educação formal.

De facto, podemos concluir da existência de 12 redes de aprendizagem no território em estudo e de, pelo menos, outras tantas tutelas. Esta realidade, heterogénea, diversa e atomizada, remete-nos para a existência de vários pensamentos educacionais, diferentes saberes em contexto de aprendizagem e múltiplas práticas educativas, sendo certo que a maioria dos indivíduos frequenta, em simultâneo, muitos destes contextos de educação e formação.

Na tentativa de organizar, de forma simples, a informação anteriormente indicada, apresentamos, em seguida, uma categorização das principais características dos saberes, linguagens e práticas educativas que se encontram presentes nas redes formais e não-formais de educação existentes no território do município do Alandroal.

Tabela 1. Características dos saberes, linguagens e práticas educativas

	Redes Formais	Redes não-Formais
Saberes	Académicos Padronizados Legitimados Escritos Hegemónicos	Não académicos Pouco formalizados Locais Pouco ou nada escritos Em “perigo de extinção”
Linguagens	Científica Escritas	Empíricas Pouco escritas ou orais
Práticas Educativas	Intrageracionais Mais verticalizadas Formalizadas Monodimensionais	Intra e intergeracionais Menos verticalizadas Conviviais Multidimensionais

Outro aspecto a considerar, neste mapa da qualificação, decorre da existência de evidentes segmentações dos espaços e dos tempos da aprendizagem:

- a) A **segmentação geracional dos contextos de aprendizagem**: decorre do predomínio dos indivíduos mais jovens nos contextos mais formais de qualificação, enquanto se verifica o inverso com os indivíduos menos jovens que frequentam mais os contextos não-formais. Esta dimensão promove um predomínio do contacto intrageracional e uma rarefacção dos contactos intergeracionais, facto que ainda é mais reforçado pelos diferentes espaços e tempos das rotinas pessoais e profissionais que os indivíduos adoptam, ao longo dos respectivos ciclos vitais;

- b) A **segmentação geracional na exposição aos saberes**: o aumento dos percursos formais de aprendizagem, por parte das gerações mais jovens, tem sido acompanhado por uma maior exposição a saberes, linguagens e práticas educativas mais escolares e padronizadas. Ao contrário, as gerações menos jovens estão mais expostas aos saberes, linguagens e práticas educativas menos escolares e menos padronizadas, mais localizadas nos contextos familiares e comunitários;

- c) **A ausência de diálogo entre os saberes e linguagens que coexistem no território:** esta realidade decorre da ausência dos saberes, linguagens e práticas educativas nos contextos formais e escolares de aprendizagem e do aumento, constante e progressivo, da distância entre as *culturas locais e escolares*;
- d) **Um relacionamento interinstitucional casuístico e incoerente:** que resulta do carácter atomizado e descoordenado da acção educacional, que promove, em determinadas circunstâncias, em sobreposição e competição.

3. ALGUMAS COORDENADAS PARA UM NOVO MAPA DA QUALIFICAÇÃO

Os resultados da cartografia que foi realizada no território do município do Alandroal (e que não será muito diferente do que existirá em todos os municípios portugueses) remetem-nos para um novo horizonte da realidade da qualificação nos territórios, onde identificamos novas coordenadas que determinam novas latitudes nos conceitos, nos pensamentos, nas práticas e nas decisões:

- i) Alargamento do *perímetro* do conceito de instituição educativa, no sentido de, nessa nova *geometria*, se incluir a totalidade do universo institucional de cada território, no qual ocorre um conjunto diverso e rico de oportunidades de aprendizagem;
- ii) Assumir a geometria variável e evolutiva da rede territorial de aprendizagem;
- iii) Instituir um pensamento não-hegemónico que permita a simbiose entre a aprendizagem formal e as práticas educativas próprias dos contextos não-formais e a convivência e complementaridade entre as instituições das redes públicas de qualificação e as organizações da sociedade civil das comunidades locais;

- iv) Não perder a memória das comunidades e dos territórios, a qual, muitas vezes, só existe em plataformas culturais pouco organizadas e muito afastadas dos sistemas formais, escritos e legitimados de expressão;
- v) Não excluir as comunidades e os respectivos territórios dos processos de desenho, construção e operacionalização dos sistemas formais de qualificação.

CONCLUSÃO

O diálogo entre os sistemas de qualificação e os territórios deve ter, como principal *farol*, a promoção de dinâmicas de desenvolvimento e de coesão social e, nessas condições, pensar a qualificação, num determinado território, convida-nos a um diálogo entre múltiplos aspectos de uma realidade complexa, diversa e heterogénea. Um diálogo entre saberes, linguagens e práticas educativas de diferentes origens, diversas modalidades de divulgação, distintas formas de legitimação e representações peculiares, por parte dos indivíduos, famílias, instituições e comunidades. Mas, também, um diálogo activo no âmbito de uma plêiade de actores locais que coexistem e se relacionam nos mesmos espaço e tempo.

É nesta nova latitude conceptual que devemos observar, estudar e intervir na realidade da qualificação em cada território, em concreto. Considerar todas as manifestações e episódios de aprendizagem, incluir todos os seus promotores e atribuir a mesma dignidade e valor a toda a qualificação, independentemente da sua origem ou características, é um novo exercício territorial que se torna necessário promover.

Cada alandroalense transporta, no seu portefólio pessoal de aprendizagem e de vida, o complexo contributo deste universo. Nenhum desses fragmentos é dispensável e todos têm o seu valor intrínseco. Se assim é, na vida de cada pessoa, assim deverá ser na realidade de cada território.

Referências Bibliográficas

INE (2002). Censos 2001. Resultados definitivos. Lisboa: INE

NICO, B. (2008). “Aprender no interior português: vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável”. in Bravo Nico (Org.) *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Lisboa: Edições Pedagogo. pp: 9-19